

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE FROTAS**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Aquisição peças/componentes/fluídos para manutenção de caminhões/ônibus/micro ônibus/van da frota municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	32015 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MICRO ÔNIBUS DA LINHA AGRALE/VOLARE	1	UN	150.000,00	150.000,00
2	36839 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES ÔNIBUS LINHA MB	1	UN	150.000,00	150.000,00
3	38597 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES DA LINHA VW.	1	UN	225.000,00	225.000,00
4	38598 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES DA LINHA MB.	1	UN	225.000,00	225.000,00
5	38599 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA MB	1	UN	300.000,00	300.000,00
6	38600 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES IVECO.	1	UN	150.000,00	150.000,00
7	38601 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA IVECO	1	UN	225.000,00	225.000,00
8	38602 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA FORD	1	UN	150.000,00	150.000,00
9	38604 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VANS/AMBULÂNCIA MB	1	UN	300.000,00	300.000,00
10	38605 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VANS/AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	1	UN	112.500,00	112.500,00
11	38606 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VANS/AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	1	UN	187.500,00	187.500,00
12	38607 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE ÔNIBUS VOLVO.	1	UN	150.000,00	150.000,00
13	38609 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE ÔNIBUS DA LINHA VW.	1	UN	112.500,00	112.500,00
14	38610 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS DA LINHA VW	1	UN	112.500,00	112.500,00
15	38612 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS DA LINHA MB	1	UN	225.000,00	225.000,00
16	38616 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS DA LINHA SCANIA:	1	UN	75.000,00	75.000,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

17	29830820 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES DA LINHA FORD	1	UN	112.500,00	112.500,00
18	29830823 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE MICRO ÔNIBUS LINHA AGRAL VOLARE	1	UN	112.500,00	112.500,00
19	29832271 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA VW	1	UN	300.000,00	300.000,00
20	29832272 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS VOLVO	1	UN	150.000,00	150.000,00
21	29832273 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MICRO ÔNIBUS/VANS DA LINHA IVECO	1	UN	150.000,00	150.000,00
22	29832274 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE MICRO ÔNIBUS/VANS DA LINHA IVECO	1	UN	112.500,00	112.500,00
23	29832275 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VANS DA LINHA MB	1	UN	300.000,00	300.000,00
24	29832276 464107	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO/AQUISIÇÃO DE RADIADORES DE CAMINHÕES /ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS/VANS MULTIMARCAS	1	UN	150.000,00	150.000,00
25	29832277 613344	MATERIAIS/COMPONENTES/FLUÍDO PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES/ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS/VANS MULTIMARCAS	1	UN	375.000,00	375.000,00
TOTAL						4.612.500,00

Lote: 2 - COTA RESERVADA ME EPP						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1-26	32015 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MICRO ÔNIBUS DA LINHA AGRAL/VOLARE	1	UN	50.000,00	50.000,00
2-27	36839 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES ÔNIBUS LINHA MB	1	UN	50.000,00	50.000,00
3-28	38597 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES DA LINHA VW.	1	UN	75.000,00	75.000,00
4-29	38598 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES DA LINHA MB.	1	UN	75.000,00	75.000,00
5-30	38599 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA MB	1	UN	100.000,00	100.000,00
6-31	38600 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES IVECO.	1	UN	50.000,00	50.000,00
7-32	38601 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA IVECO	1	UN	75.000,00	75.000,00
8-33	38602 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA FORD	1	UN	50.000,00	50.000,00
9-34	38604 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VANS/AMBULÂNCIA MB	1	UN	100.000,00	100.000,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

10-35	38605 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VANS/AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	1	UN	37.500,00	37.500,00
11-36	38606 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VANS/AMBULÂNCIA RENAULT MASTER	1	UN	62.500,00	62.500,00
12-37	38607 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE ÔNIBUS VOLVO.	1	UN	50.000,00	50.000,00
13-38	38609 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE ÔNIBUS DA LINHA VW.	1	UN	37.500,00	37.500,00
14-39	38610 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS DA LINHA VW	1	UN	37.500,00	37.500,00
15-40	38612 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS DA LINHA MB	1	UN	75.000,00	75.000,00
16-41	38616 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS DA LINHA SCANIA:	1	UN	25.000,00	25.000,00
17-42	29830820 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE CAMINHÕES DA LINHA FORD	1	UN	37.500,00	37.500,00
18-43	29830823 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE MICRO ÔNIBUS LINHA AGRALE VOLARE	1	UN	37.500,00	37.500,00
19-44	29832271 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES DA LINHA VW	1	UN	100.000,00	100.000,00
20-45	29832272 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS VOLVO	1	UN	50.000,00	50.000,00
21-46	29832273 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MICRO ÔNIBUS/VANS DA LINHA IVECO	1	UN	50.000,00	50.000,00
22-47	29832274 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE MICRO ÔNIBUS/VANS DA LINHA IVECO	1	UN	37.500,00	37.500,00
23 -48	29832275 617899	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VANS DA LINHA MB	1	UN	100.000,00	100.000,00
24 -49	29832276 464107	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO /AQUISIÇÃO DE RADIADORES DE CAMINHÕES /ÔNIBUS/MICRO ÔNIBUS/VANS MULTIMARCAS	1	UN	50.000,00	50.000,00
25 -50	29832277 613344	MATERIAIS/COMPONENTES/FLUÍDOS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES/ÔNIBUS/MICRO ONIBUS/VANS MULTIMARCAS	1	UN	125.000,00	125.000,00
TOTAL						1.537.500,00

Lote: 3 - EXCLUSIVA ME EPP						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1 - 51	29830822 617889	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTOR PARA ÔNIBUS DA LINHA SCANIA.	1,00	UN	80.000,00	80.000,00
TOTAL						80.000,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. *O prazo de vigência da contratação é de 5 anos do(a) publicação do contrato na plataforma PNCP, na forma do artigo 106/107 da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.6. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III) Id do item no PCA: 988 a 1186;
- IV) Classe/Grupo: 4910;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-47/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 1.8. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 1.9. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 1.9.1. *Priorizar produtos que possuam certificações reconhecidas como o Selo Procel, o selo Energy Star ou outras certificações equivalentes, garantindo menor consumo de energia e redução de emissões de gases do efeito estufa;*
- 1.9.2. *Incentivar a utilização de tecnologias inovadoras e eficientes, como iluminação LED, sistemas de climatização com alto índice de eficiência energética e equipamentos com modo de espera de baixo consumo;*
- 1.9.3. *Evitar produtos que contenham substâncias tóxicas ou nocivas à saúde humana e ao meio ambiente, priorizando materiais com certificações de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (VOCs) e outras substâncias nocivas;*
- 1.9.4. *Priorizar produtos com embalagens produzidas com materiais recicláveis ou de fácil reuso, minimizando a geração de resíduos sólidos e facilitando a reciclagem;*
- 1.9.5. *Incentivar a utilização de produtos com menor geração de resíduos ao longo do seu ciclo de vida, como produtos com embalagens reutilizáveis ou com peças modulares de fácil reparo;*
- 1.9.6. *Incentivar o fornecedor a adotar políticas de promoção da diversidade e inclusão no ambiente de trabalho, valorizando a igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores;*

Subcontratação

- 1.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 1.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. METODOLOGIA PARA BALIZAMENTO DE VALORES EM AQUISIÇÕES DE PEÇAS E COMPONENTES PARA A FROTA MUNICIPAL

5.1 Orçamento de concessionária ou Revendedoras autorizadas:

5.2 Para verificação do desconto, deverão ser obtidos orçamentos de concessionárias ou revendedoras autorizadas que representem oficialmente os fabricantes das peças e componentes necessários.

5.3 Os orçamentos fornecidos por essas fontes deverão incluir informações detalhadas sobre os itens, tais como especificações técnicas, garantia, prazos de entrega e condições de pagamento.

5.4 Tabela Audatex:

5.5. No caso de insucesso do item anterior, a contratante pode optar por orçamento baseado na tabela de preços on line Audatex.

5.6 Quando a contratada não tiver acesso à tabela de referência de preços, cabe ao município fornecer a planilha impressa com os itens solicitados.

5.7 Orçamentos independentes:

5.8 Na impossibilidade de obtenção de orçamentos das concessionárias, revendedoras autorizadas ou tabela audatex, a contratante pode solicitar 3 (três) orçamentos independentes de fornecedores distintos.



5.9 Os orçamentos independentes deverão conter especificações claras dos itens, condições de fornecimento e preços detalhados

Processo de Seleção

5.10 Os orçamentos obtidos serão comparados de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste termo de referência.

Transparência e Conformidade Legal

5.11 Todo o processo de obtenção e avaliação de orçamentos será conduzido de acordo com as disposições legais vigentes, incluindo a Lei nº 14.133/2021.

5.12 A documentação relacionada aos orçamentos e à seleção dos fornecedores será arquivada e estará disponível para auditoria e fiscalização, assegurando a transparência e a legalidade do processo de aquisição.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 1.12. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do(a) solicitação, em remessa única.
- 1.13. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Tiradentes, número 700, centro sul de Dois Vizinhos.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 1.14. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 1.15. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 1.16. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 1.17. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 1.18. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 1.19. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



- 1.20. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*
- 1.21. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*
- 1.22. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.*
- 1.23. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 1.24. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 1.25. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 1.26. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 1.27. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 1.28. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 1.29. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 1.30. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 1.30.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 1.30.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 1.30.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 1.30.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 1.30.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 1.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 1.31.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

- 1.32. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 1.33. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

- 1.34. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 1.35. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 1.36. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 1.37. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 1.38. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 1.39. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 1.40. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 1.41. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 1.42. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até XXXXX (XXX) dias úteis. (não se aplica esse parágrafo)
- 1.43. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 1.44. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 1.45. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 1.46. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 1.47. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 1.47.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.48. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 1.48.1. o prazo de validade;
 - 1.48.2. a data da emissão;
 - 1.48.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 1.48.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 1.48.5. o valor a pagar; e
 - 1.48.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 1.49. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 1.50. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.51. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 1.52. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 1.53. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.54. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 1.55. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 1.56. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 1.57. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante verificação dos valores definidos junto as montadoras.
 - 1.57.1 Para atendimento do disposto acima será analisado os valores definidos nas tabelas das montadoras havendo a possibilidade do município comprovar os preços da tabela da montadora pelos dados fornecidos pelo software Audatex ou outro software similar de mesma confiabilidade, uma vez que este critério não obrigará os licitantes a adquirirem o software e, concomitantemente, garantirá que os preços estarão submetidos às tabelas das montadoras.

Forma de pagamento

- 1.58. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 1.59. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.60. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 1.60.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.61. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 1.62. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
 - 1.62.1. *A s cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

- 1.63. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 1.64. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 1.65. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 1.66. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 1.67. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto por item.
- 1.68. O fornecimento do objeto será parcelado

Exigências de habilitação

- 1.69. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 1.70. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.71. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.72. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 1.73. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.74. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 1.75. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.76. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 1.77. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 1.78. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 1.79. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 1.80. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 1.81. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.82. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.83. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.84. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 1.85. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.86. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio

ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- 1.87. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 1.88. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 1.89. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 1.90. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 1.91. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
 - 1.91.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 1.91.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - 1.91.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - 1.91.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 1.92. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 1.93. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 1.94. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 1.95. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
 - 1.95.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

- 1.95.1.1. *O atestado deve se referir a um contrato de prestação de serviços de bens similares ao objeto da licitação;*
- 1.95.1.2. *O objeto do contrato utilizado para comprovação de aptidão deve apresentar similaridade técnica e operacional com o objeto da licitação em questão. Isso significa que os bens fornecidos anteriormente devem ter características, funcionalidades e complexidade equivalentes ou superiores ao que está sendo licitado;*
- 1.95.1.3. *O valor do contrato utilizado para comprovação de aptidão deve ser igual ou superior a 50% do valor do item ou lote a ser licitado. Isso demonstra capacidade financeira para arcar com as obrigações contratuais e experiência em lidar com contratos de grande porte;*
- 1.95.1.4. *O atestado deve comprovar que o contrato utilizado para comprovação de aptidão foi executado dentro do prazo estabelecido;*
- 1.95.1.5. *O atestado deve comprovar que a empresa não possui inadimplimentos em contratos anteriores;*
- 1.95.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*
- 1.95.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
- 1.95.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*
- 1.96. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 - 1.96.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
 - 1.96.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 1.96.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
 - 1.96.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
 - 1.96.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - 1.96.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - 1.96.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da](#)

Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1.97. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):*

1.97.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

1.97.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

1.97.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

1.97.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.98. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento municipal.

1.99. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 09 secretaria de viação, obras e serviços urbanos;
- II) Unidade: 002 departamento de serviços urbanos;
- III) Projeto ou Atividade: 15.452.0016.2049 atividades da secretaria de viação, obras e serviços urbanos;
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 material de consumo;
- V) Conta de Despesa: 04690;
- VI) Fonte de Recurso: 00000;

1.100. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Dois Vizinhos, 03 de Junho de 2024.

Joel Roberto da Silva Oliveira
Agente Administrativo





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E914-8246-2512-0DF3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOEL ROBERTO DA SILVA OLIVEIRA (CPF 037.XXX.XXX-96) em 05/08/2024 13:13:46 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/E914-8246-2512-0DF3>